

ATA 036/2022 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, a AGERST – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Santa Cruz do Sul, realizou a 2ª Audiência Pública do ano de 2022, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul, tendo como pauta os **Processos Administrativos nº 2019/008 – SERVIÇO DE LIMPEZA PROGRAMADA DE FOSSA SÉPTICA** e nº **2019/035 – ESTUDO DAS LIGAÇÕES DE ESGOTO COM COTA NEGATIVA - SANTA CRUZ DO SUL**. Estavam presentes os representantes do Conselho Diretor da AGERST, os Conselheiros Titulares Ernani Baier, Presidente; Conselheiros titulares Fábio Roberto Azevedo, José Luiz Juruena, e Astor Gruner, Relator dos Processos acima indicados; o Procurador Jurídico Rogério Moura Pinheiro Machado; o Diretor-Geral Elias Paulo Mueller; e, a Secretária-Geral Patrícia Moraes de Campos. Além dos representantes da AGERST, estavam presentes os representantes do Poder Concedente, da Concessionária CORSAN, do Legislativo Municipal e demais participantes registrados na Lista de Presença assinada por todos, anexada a presente Ata. O Presidente Ernani Baier deu início a Audiência Pública, indicando a composição da mesa, com o representante do Poder Concedente, Secretário Jaques Eisenberger, da Secretaria de Meio Ambiente; representantes da Concessionária CORSAN, o Superintendente José Epstein e Mateus Ferreira; e representantes da AGERST, o Presidente Ernani Baier, o Conselheiro Relator Astor Gruner, e o Procurador Jurídico Rogério Moura Pinheiro Machado. O Presidente Ernani referiu que houve quatro inscrições para manifestação em plenário, além dos representantes do Poder Concedente e Concessionária e, na sequência passou a palavra ao Relator Conselheiro Astor Gruner, para apresentação dos assuntos pautados. O Relator apresentou os pareceres, fazendo suas considerações, na seguinte ordem: 1º) Limpeza programada de fossas sépticas; 2º) Ligações à rede de esgoto de imóvel com soleira negativa; 3º) Referente a habilitação de usuários de baixa renda para uso de recursos do Fundo de Disponibilidade de Esgoto. O Relator apresentou as definições constantes da minuta de Resolução, a qual foi compartilhada com todos e também publicizada na página eletrônica da AGERST, no site da Prefeitura de Santa Cruz do Sul, quanto a limpeza programada de fossa séptica. Na sequência, apresentou a minuta de Resolução que trata sobre as ligações à caixa de inspeção de esgoto, em imóveis com soleira negativa, permitindo que, nos casos onde não existe a viabilidade técnica, tenha a opção de instalar o sistema de bombeamento, ou não instalando esse sistema, que seja adotado o sistema de limpeza programada de fossa séptica. Em ato contínuo, apresentou a minuta de Resolução a respeito da utilização dos recursos do Fundo de Disponibilidade de Esgoto, por usuários com baixa renda, possibilitando a adequação ao sistema de esgotamento sanitário, com estabelecimento de critérios específicos para o acesso desses usuários ao recurso indicado. **A apresentação do Relator segue em anexo a presente Ata.** O Presidente Ernani fez

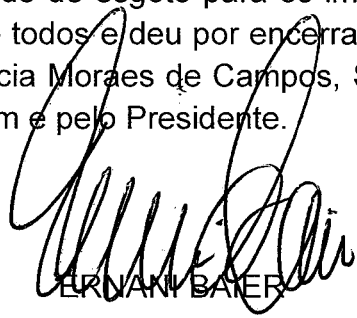
menção às próximas audiências públicas agendadas e pré-agendadas: sendo dia 28 de junho, terça-feira próxima, às 10h, sobre Metas e Indicadores da CORSAN; prevista para dia 19 de julho de 2022, sobre Terceiro Termo Aditivo ao CP 269/2014 (Contrato da CORSAN); e também no mês de Julho, a respeito do Regramento que estabelecerá critérios regulatórios de avaliação da antecipação de investimentos em redes de água e esgoto cloacal por empreendedores imobiliários, no Município de Santa Cruz do Sul. Retomando a pauta da presente Audiência Pública, o Presidente passou a palavra para manifestação da Concessionária. O Superintendente da CORSAN, José Epstein, fez suas considerações acerca da apresentação do Relator, sem nenhuma objeção. Na sequência, manifestação do Poder Concedente, representado pelo Secretário de Meio Ambiente, Jaques Eisenberger, o qual fez suas considerações acerca dos assuntos apresentados, salientando que deverá ocorrer uma ampla divulgação dos sistemas individuais de coleta de esgoto. O Presidente Ernani referiu que, face a ausência do Ministério Público, justificada por meio de mensagem, onde foi informado que o Promotor Érico Barin teve um imprevisto e não poderia comparecer, sendo que diante disso, o Presidente passou a palavra ao Vereador Francisco Carlos Smitt, como representante dos usuários. O Vereador Carlos Smitt fez suas considerações sobre o tema pautado, destacando a importância de ter chegado o momento de colocar em prática a questão de adequação do sistema de esgotamento, que há anos vem sendo necessário. Dentre outras considerações, o Vereador salientou a preocupação com as pessoas que estão recebendo a cobrança da taxa de disponibilidade de esgoto, e não tem condições de pagar, assim como aqueles casos em que não sabem a localização das fossas em suas residências, direcionando o questionamento à AGERST, e solicitando que seja levada a informação de forma clara à comunidade. O Presidente Ernani fez breve intervenção, referindo que as isenções que venham a ser aplicadas, poderão impactar na tarifa, podendo ensejar, futuramente, processo de revisão tarifária. O Relator, Conselheiro Astor, esclareceu, respondendo aos questionamentos do Vereador Carlos Smitt, em relação a limpeza programada será para instalações em geral, todos que usarem essa modalidade; quanto aos imóveis com cota negativa, onde houver inviabilidade técnica de realizar o sistema de bombeamento, a adequação deverá ser pela forma de fossa e filtro com limpeza programada; quanto aos imóveis que não sabem onde se encontra a fossa, e mais uma série de exceções, deverão ser encontradas soluções, mas a fossa deverá ser colocada ou adequada à Norma atual; respondeu que ainda poderá ser pleiteada pelos Usuários, a suspensão da cobrança da taxa de disponibilidade de esgoto, pois ainda terá prazo para adequação; e concluindo, reforçou que será dada ampla divulgação aos usuários. O Superintendente José Epstein, da CORSAN, complementou os esclarecimentos ao Vereador Carlos Smitt, quanto a divulgação de informações aos Usuários, referindo que a CORSAN possui um trabalho técnico social, do qual faz parte a ampla divulgação, compartilhando com a comunidade todas as informações pertinentes. Na sequência, o Presidente passou a palavra ao Vereador Raul Fritsch, que destacou a grande preocupação com o impacto social que envolve essa demanda, reforçan-



do a importância de encontrar soluções para possibilitar a regularização das diversas situações individuais dos usuários que precisam de adequação ao sistema de esgoto. Em seguida, a palavra foi passada ao Vereador Presidente do Legislativo local, Rodrigo Rabuske, que, inicialmente apresentou a justificativa da Vereadora Nicole Weber, pela ausência na presente Audiência Pública, devido a imprevisto familiar. Prosseguindo, o Vereador fez suas considerações sobre o assunto em pauta, salientando que, quanto ao enquadramento dos usuários inscritos no Cadastro Único ao acesso dos recursos do Fundo, sugere que poderá ser também ser recorrido aos demais cadastros existentes no município, os quais também identificam os usuários de baixa renda. Na ordem de inscritos para manifestação em Plenário, o Vereador Leonel Garibaldi fez suas considerações a respeito da complexidade que se apresenta para encontrar soluções que contemplem todas as situações, frente a essa demanda de adequação ao sistema de esgotamento sanitário. Na sequência, o Vereador Bruno Faller, fez suas considerações, salientando a questão dos imóveis com soleira negativa e a respeito da dúvida se, dentre esses imóveis, existe uma estimativa de quantos se enquadram como baixa renda, sugerindo que sejam utilizados os critérios de isenção do IPTU para a utilização dos recursos do Fundo de Disponibilidade, questionamento também a respeito da Estação de Tratamento de Esgoto. O Relator comentou que, quanto a utilização de outros cadastros para acesso ao Fundo, a Agência Reguladora em reunião com o Secretário Municipal de Habitação, definiu o Cadastro Único, por entenderem que seria o mais apropriado. Em ato contínuo, o Relator acrescentou considerações a respeito da universalização do sistema de esgotamento sanitário, considerando boa a sugestão de também utilizar os critérios de isenção do IPTU para qualificar os usuários de baixa renda, referindo que vai analisar essa possibilidade. Encerrando a participação dos inscrito, o Presidente passou a palavra ao Poder Concedente, para considerações finais. O Secretário de Meio Ambiente Jaques Eisenberger, que salientou os aspectos relacionados a obrigatoriedade de todos os Usuários da CORSAN realizarem a ligação à rede de coleta de esgoto, não podendo optar quanto a forma, se limpeza programada de fossa, sendo que na universalização, existe a solução de utilizar a forma de limpeza programada de fossa em casos específicos, onde o tratamento do esgoto não pode ser feito por meio de ligação à caixa de inspeção da CORSAN. Para considerações finais da Concessionária, o Superintendente José Epstein fez suas considerações a respeito da rede Pindomara, destinada a coleta e tratamento de esgoto, também referiu sobre o programa Solutrat que utiliza as fossas sépticas com a limpeza programada, e também respondeu aos questionamentos dos Vereadores, salientando os aspectos referentes as situações de imóveis que não possuem condições de ligação normal à rede coletora. O Presidente Ernani fez suas considerações finais, pontuando três itens: 1º. Referiu que a AGERST emitirá as Resoluções que disciplinam a demanda de esgotamento sanitário, até o final de Junho; 2º. Existirá o período de transição para possibilitar a adequação de todos os usuários; 3º. Quanto a utilização dos recursos do Fundo, é o tema para Poder concedente e Concessionária estabelecerem os critérios de acesso para os Usuários de baixa

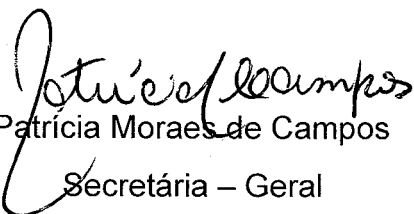


renda. O Vereador Carlos Smitt se pronunciou, reforçando a informação aos usuários de que ainda existe a possibilidade de suspender temporariamente a cobrança da taxa de disponibilidade de esgoto para os imóveis com cota negativa. O Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Audiência Pública. Nada mais havendo a constatar, eu Patrícia Moraes de Campos, Secretária-Geral, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente.



HERNANI BAIER

Conselheiro - Presidente



Patrícia Moraes de Campos
Secretária – Geral